



A prática docente e a educação empreendedora na base nacional comum curricular

Joéliton Alves dos Santos

Docente, Palestrante e Consultor Credenciado ao SEBRAE, Mestre em Educação pela Facultad de Ciencias Sociales

E-mail: joelitonz@gmail.com

RESUMO

Este artigo fará uma abordagem sobre a formação da identidade do professor na perspectiva da profissionalidade, galgada em discussões da prática docente e a educação empreendedora. Ainda buscará identificar o que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pontua sobre a educação empreendedora. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfico. Os resultados do trabalho permitem-nos inferir que o Ministério da Educação aprovou a inclusão da Educação Empreendedora nas Escolas, descrevendo no documento da BNCC os aspectos a serem trabalhados com os estudantes em sala de aula, através da aplicabilidade do projeto de Vida. No entanto, cabe aos professores a criação de meios e alternativas para o desenvolvimento e ampliação das habilidades e competências dos estudantes. Ainda é crucial destacar que é apresentado neste trabalho os aspectos da Educação Empreendedora do SEBRAE como uma alternativa de educação capaz de formar cidadãos críticos, atuantes e que favorece a formação de uma sociedade democrática, justa que leve em consideração a valorização do ser humano numa perspectiva de fortalecimento do crescimento coletivo galgado na sustentabilidade e em uma melhor qualidade de vida para todos.

Palavras chave: Base Nacional Comum Curricular, Educação Empreendedora, Prática Docente.

1 INTRODUÇÃO

Por escolha? Seria dom? Ou por vocação? Dentre tantos questionamentos escolhi ser professor, palestrante, consultor. Ponho estes questionamentos direcionado pela indagação de Pereira (2016), quando nos indaga: “Como se vem a ser professor”? Para conhecer os itinerários percorridos, se retorna as memórias e as experiências para encontrar as marcas, os caminhos que possibilitaram o desenvolvimento de subjetividades que delineiam o fazer nessa caminhada. Sendo assim, desde o primeiro momento que assumir a minha primeira sala de aula no ano de 1995, fui construindo e (re) construindo a minha identidade profissional. Esta identidade marcada por rupturas e continuidades de uma itinerância profissional que agrega também consultorias e palestras, as quais são os marcadores que me tornaram um profissional apaixonado pela da arte de educar: o credenciamento como consultor do Sebrae desde o ano 2000, as idas e vindas para de Ipiaú-Bahia para as inúmeras cidades baianas para ministrar palestras e consultorias pelo Sebrae, as aulas do ensino médio profissionalizante, as tutorias dos cursos superiores em universidades privadas da região do Médio Rio Contas, além de meu ingresso no mestrado acadêmico da Facultad de Ciencias Sociales (FICS), na República Del Paraguay.

Quando se discute construção da identidade profissional do professor, é fundamental enfatizar que está não é pronta, acabada, imutável, pois conforme Pimenta (2012), “A identidade não é um dado imutável.



Nem externo, que possa ser adquirido. Mas um processo de construção do sujeito historicamente situado. A profissão professor, como as demais, emerge em dado contexto e momento históricos, como resposta a necessidades que estão postas pelas sociedades...”. É nas idas e vindas da formação que o professor se constrói e (re)constrói. É na intimidade das suas vivências nas salas de aulas, nas palestras e consultorias, nos planejamentos, nas profundas relações com os discentes que o educador vem a ser educador, educadora. Isto requer uma rede de movimentos marcados por rupturas de paradigmas, por uma vasta variedade de subjetividades que vão está em constantes momentos provisórios e transitórios.

Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão das tradições. Mas também de reafirmação de praticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Praticas que resistem a inovações poque prenes de saberes validos às necessidades da realidade. Do confronto entre teorias e práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias. (Pimenta, 2012, p.19)

Mesmo diante das mudanças e características que vão emergindo na sociedade, a profissão professor ainda tem a reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem, engendram e enquadram as práticas escolares numa normatização que sujeita o professor ora a submissão, ora a resistência. Tudo isso traz como implicação a proposta de educação empreendedora que ainda na contemporaneidade é vista como uma oportunidade para que o estudante apenas tenha acesso ao mercado de trabalho com vista a atividades e práticas curriculares que focam na empregabilidade e lucro.

Segundo Pimenta (2012) é preciso reelaborar os saberes iniciais em confronto com suas experiências práticas, e é nesse sentido que o professor precisa reconhecer que estamos submetidos na sociedade do mundo do trabalho que nos convida, a todo o momento, para entender e empreender que a conceituação do mundo do trabalho vai sofrendo transformações ao longo do tempo e suas variáveis vai adquirindo aspectos mais específicos não só na conjuntura histórica, bem como também no espaço, pois cada cultura, e dentro dela cada grupo humano vai colocando as qualidades únicas e as próprias a sua maneira de ver e concomitantemente de viver o mundo do trabalho, de acordo com suas particularidades. Sendo assim, fica evidente que as ações que são desenvolvidas pelo homem são transformadoras, não são solitárias, mas social, uma vez que os homens ao estabelecer relações para produzir sua própria existência, desenvolvem condutas sociais, objetivando o atendimento das necessidades do grupo.

O professor que atua numa educação empreendedora precisa ser preparado a partir de uma atitude crítica, reflexiva, galgada na *reflexão na ação, da reflexão sobre a ação e da reflexão sobre a reflexão na ação*, e as suas práticas pedagógicas no viés do empreendedorismo deve também ser um espaço aberto para o debate, diálogo, desconstruindo o currículo prescrito, buscando atuar de maneira a interferir não só, na organização e na prática do trabalho pedagógico com os estudantes, como também, na formação e



especialização profissional do professor (Dolabela, 2003, s.p.). Assim, com ação pedagógica pautada numa educação empreendedora de cunho à formação humana, possibilitará a escola ser conduzida por práticas pedagógicas e metodologias de uma verdadeira Pedagogia Empreendedora.

O autor Dolabela (2003) corrobora que a Pedagogia Empreendedora, é, em grande medida, tarefa do professor, já que é ele quem auxiliará na construção dessa cultura específica de empreendedor nos inúmeros grupos e indivíduos. Com essa compreensão, ele descreve os alicerces conceptivos que dão base à aplicabilidade da Pedagogia Empreendedora para instituições de ensino, professores e estudantes em geral, por intermédio da citação de Gilberto Dimenstein:

“[...] fazer as escolas se interessarem por formar gente capaz de criar suas próprias oportunidades, em vez de formar empregados para um mercado de trabalho onde há cada vez menos vagas”. Convidar o professor para a missão de animador, inventor de recursos e aprendiz dos vários sonhos que irão surgir em sua classe, pois, afinal, os sonhos são personalíssimos; lançar ao aluno o desafio de seguir o Mapa do Sonho; definir seu sonho (o que quer ser ou fazer); e gerar os conhecimentos necessários para realizá-lo [...] — “Para isso: investimento em capital humano e capital social, capacitar indivíduos e comunidades a sonhar e realizar seu sonho. Essa é a revolução que o autor propõe: educar para a autorrealização e, simultaneamente, produzir um país mais justo e mais feliz” (Dimenstein, 2003, p. 13).

Destarte, surgem as afirmações: Precisamos implementar um currículo de uma educação empreendedora vivo na sala de aula. O currículo está presente em toda prática pedagógica do professor. Todos os envolvidos no processo pedagógico fazem o currículo acontecer. É preciso, portanto, ser autor curricular. As asserções citadas nos colocam de frente a um questionamento central e fundamental: O que é de fato o currículo que tem como base uma educação empreendedora? O currículo a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dá conta de uma educação empreendedora? Tantas questões. É preciso refletir sobre suas possíveis respostas.

Face o exposto, o presente artigo busca discutir como é organizado nos currículos escolares a partir da Educação Empreendedora do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), as discussões da Base Nacional Comum Curricular acerca da educação empreendedora e o projeto de vida, bem como a problematização das práticas escolares diante a temática em questão.

2 METODOLOGIA

O começo de um caminho de pesquisa não é uma tarefa fácil, entretanto pode se tornar muito instigante quando se percebe que seus questionamentos e teorizações são mais do que fáceis indagações de investigação; elas são, de fato, a expressividade do agir e pensar. São questionamentos e hipóteses da realidade que se torna interrogáveis a todo tempo.

Para o desenvolvimento deste artigo, além da pesquisa bibliográfica fundamentada no referencial teórico para discutir prática docente, empreendedorismo e educação no currículo, o que segundo Fonseca



(2002) permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto, será realizada a discussão acompanhada da análise de como estas temáticas estão presente na Base Nacional Comum Curricular que norteiam a educação brasileira, utilizando da pesquisa documental.

Assim, esta pesquisa foca nos temas sobre a identidade e a formação docente numa perspectiva de destacar a relevância de um trabalho pedagógico propenso a práticas da educação empreendedora e voltadas para o currículo, tentando levantar de que forma a temática é tratada na BNCC.

Inicialmente, procuro discutir sobre as implicações sócio históricas que se constituíram na minha história profissional, as similaridades e especificidades que se delineiam dentro do processo histórico de formação da identidade profissional. Em seguida, busco abordar os enlaces do SEBRAE e a educação empreendedora e realizar uma análise e problematização da Base Nacional Comum Curricular frente às discussões acerca dos estudos sobre educação empreendedora.

3 UMA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NO CONTEXTO BRASILEIRO

O entendimento que é uma Educação Empreendedora compreende que o estímulo do uso de metodologias que contemplam, de forma prática, os quatro pilares fundamentais da Educação: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Viver e finalmente Aprender a Ser (DELORS et al., 1998), é crucial para o desenvolvimento de uma educação galgada nos fundamentos de uma que traz no seu bojo o empreender como maneira de fortalecer a educação.

Com relação a abordagem Aprender a Conhecer é muito buscado na escola, porém a abordagem do Aprender a Fazer é pouco trabalhada. Entretanto, para que se tenha um aprendizado fundamentado na ação-reflexão-ação, proposta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), apenas o Conhecer torna-se subjetivo e dependente da Escola. Para que se possa racionar e executar, numa compreensão de “quem sou eu; do que sou capaz; e do que preciso desenvolver para conseguir?”, é fundamental que o aluno desenvolva a dimensão do autoconhecimento, com habilidades e competências capazes de dar a ele o suporte para reagir, de forma sustentada, aos desafios impostos em sua vida.

A sociedade de hoje não aceita mais conteúdos tradicionais, o professor já não precisa ser mero repassador e transmissor de informações, a escola tem como exigências profissionais da educação mais dinâmicos, com propostas pedagógicas significativas e potencializadoras, que possibilitem aos jovens uma cultura de empreendedorismo, com foco no comportamento. Daí a importância de uma educação para o desenvolvimento das competências empreendedoras como a iniciativa, o planejamento, a meta, a trabalho em equipe, e autoconfiança.

A escola enquanto instituição formativa sempre esteve envolvida em conflitos sociais, e o papel de pensadores da educação e pedagogos foi de grande importância na articulação de inúmeros segmentos em



torno de um ideal de escola. Nos Estados Unidos e na Europa, grandes avanços no processo didático já eram noticiados.

Neste turbilhão de fatos, no Brasil, ganhou força o movimento da Escola Nova na primeira metade do século XX. Os primeiros inspiradores da Escola Nova foram os escritores Jean Jacques Rousseau, Heinrich Pestalozzi, Friedrich Froebel e John Dewey (LUSTOSA JR., 2012).

De acordo com Lustosa Jr. (2012):

Esse movimento educacional surgiu para propor novos caminhos a uma educação que a muitos parecia em descompasso com o mundo das ciências e das tecnologias, que eram o marco inovador da época. Nesse contexto de avanços científicos, os educadores procuraram introduzir ideias e técnicas que tornassem o processo educacional mais eficiente e mais realizador para o ser humano. Portanto, a Escola Nova pretendeu promover a pedagogia da “existência” superando a pedagogia da “essência”, ou seja, tratava-se de não mais submeter o homem a valores e dogmas tradicionais e eternos e sim voltá-lo para ser único, diferenciado, interagindo com o mundo dinâmico (p. 2).

O autor ainda corrobora que “No Brasil, vários educadores de destacaram, especialmente após a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932” (LUSTOSA Jr. 2012, p. 2), tendo como personagem central o jurista educador Anísio Teixeira, seguido por Manuel B. Lourenço Filho, Cecilia Meirelles e muitos outros personagens atentos aos rumos da Educação e no descompasso da Educação com o mundo das ciências e das tecnologias, que se manifestaram por meio de um documento que buscavam diretrizes para política de Educação (CAMURRA, 2008).

A sociedade colocava em questionamento e clamava por transformações, quanto ao papel que a escola deveria desenvolver na concretização, mudança, criação, recriação, integração e universalização do saber. Neste contexto, a escola teve como desafio a necessidade de mudar suas práticas pedagógicas, tornando o processo de ensino e aprendizagem eficientes para os educandos. A proposta cerne do movimento era que o aluno interagisse com o mundo mais dinâmico, mais significativo, do ponto de vista de inserção dos seus alunos às questões do mundo. A proposta era a escola desenvolver-se além do ensino. O movimento colocava em questionamento a postura do professor, que, naquela época, era um transferidor de informações de forma linear, detentor do conhecimento (LUSTOSA JR., 2012), ditando as regras a que todos estavam “obrigados” a replicar, ou seja, os jovens não eram estimulados a pensar, a criticar, a construir seus aprendizados.

Assim,

A educação nova tem sua finalidade alargada para além dos limites das classes, assumindo feição mais humana, assumindo sua função social, no intuito de formar a “hierarquia democrática” pela “hierarquia das capacidades” com oportunidades iguais de educação, com objetivo de organizar, desenvolver meios de ações com o fim de dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma de suas etapas de crescimento (CAMURRA, (2008, p. 3, apud LUSTOSA Jr., 2012, p. 4).



Em decorrência do movimento, a escola contemporânea não pode mais ter como limite a alfabetização e dar formação básica. É fundamental se preocupar com a preparação do estudante para dar de frente com os desafios futuros do mundo do trabalho e dos negócios, até porque o jovem dessa sociedade questiona a escola e como ela resolve, ou mesmo ajuda a enfrentar os desafios da sua própria existência no buscar possibilidades de se inserir no mundo do trabalho.

Por muito tempo, mesmo que recentemente, a escola usou a comunicação com seus estudantes, transmitindo seus saberes seculares num processo dedutivo e linear, onde todos ouviam e nada questionavam. Para os jovens dessa era, não basta saber, é preciso entender para que. Uma pergunta que não cala em sala de aula pelos jovens é: “Como que eu vou utilizar isso no meu dia a dia?”. Passa, então, a escola a viver uma evolução nas práticas pedagógicas. É na proposta de uma Educação Empreendedora, sempre debatida no meio da educação, que surge uma possibilidade de inovação em face da amplitude e vicissitudes gerais que envolvem essa temática. O empreendedorismo, como eixo norteador na educação, sempre andou junto da própria educação, se a entendermos como um processor social, sempre em mutação. E, além disso, não se trata de uma preparação para o que há de vir nas nossas vidas, mas, sim, educação é a nossa vida, propriamente (DEWEY, 1959).

Diante do que foi exposto, entendemos que o empreendedorismo, como conceito, é compreendido como a capacidade de descobrir e utilizar as melhores potencialidades no mundo do trabalho, o aumento da autoestima, da proatividade e da cooperação, uma abordagem bem significativa para os jovens no mundo atual. Porém, contraposto a isto, na formação dos professores que atuam na educação empreendedora da educação se torna fundamental. Nas atividades de ensino e aprendizagem, precisa ser oferecida informação para a compreensão desses conceitos, sendo que no mundo inteiro crescem as iniciativas para a formação de jovens empreendedores, e esta formação é responsabilidade também da escola.

4 ENLACES DO SEBRAE E EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

Empreender e constituir a identidade de uma educação empreendedora a partir do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é uma obrigação necessária, já que no Brasil não há como falar em educação empreendedora sem destacar o papel que o SEBRAE desenvolve a partir da sua unidade central Nacional e as demais unidades distribuídas nas capitais e regiões dos estados do Brasil. O trabalho educacional que vem sendo desenvolvido durante todos estes anos e se tornou um canal de possibilidades para formação no âmbito do ensino fundamental de uma educação empreendedora capitaneada pelo desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e estímulo de formação de jovens com vistas ao empreendedorismo de excelência na construção de um país mais justo, competitivo e sustentável (SEBRAE Nacional, 2018b, on-line).



De igual modo, pensar, planejar, executar, acompanhar, monitorar e avaliar os princípios que norteiam este modelo de empreendedorismo são alguns dos princípios que permeiam o gerenciamento de uma educação empreendedora do SEBRAE, haja visto que suas interfaces são fundantes enquanto política educacional que espelha a teia curricular em suas perspectivas, sentidos e processos formacionais do ser em sua inteireza. Segundo Alves; Campos (2019),

O SEBRAE tem papel relevante em várias ações direcionadas para o empreendedor. A educação empreendedora é uma ação que equivale a uma parte do todo, ela por si só, representa muitos resultados admiráveis, cria a cultura empreendedora dentro da instituição como forma de procriar empreendedores, que sejam inovadores e buscadores de tendências, que se tornem casos de sucesso para inspirações futuras (p.06).

Nesse sentido, por extensão, é fundante enquanto referência para o SEBRAE no tocante às itinerâncias curriculares e seus desdobramentos que prime por atividades curriculares que possibilite ao estudante desenvolver atitudes de tomadas de decisões, planejamento, trabalho em equipe, viabilizando sempre a busca por soluções, qualidade e eficiência no que faz com autoconfiança e capacidade de persuasão para lidar com os fornecedores (Melo, 2008, p. 1).

Assim, percebemos que na tecitura dos respectivos projetos políticos pedagógicos idealizados pelo SEBRAE nas suas inúmeras unidades espalhadas pelo Brasil deve ser organizado de forma contextualizada e, sobretudo, possibilitando à efetividade e entretecimento dos processos formacionais das pessoas de direito à educação efetiva e de qualidade social, com vistas a “um acompanhamento do empreendedor, desde a educação iniciante até apoio para a gestão desses futuros empreendedores, incentivando o desenvolvimento do comportamento empreendedor” (Alves; Campos, 2019, p.06).

5 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

A Base Nacional Comum Curricular se constitui o caminho pelo qual percorrem as instituições de educação, tendo como alicerce a autonomia do sistema de ensino – em consonância com os entes federados –, as peculiaridades da sociedade, bem como a construção do conhecimento que integra relações espaciais, territoriais, de identidade, poder, cultura, pertencimento e inclusão, com fins na mobilização de competências, saberes e valores essenciais à vida, o mundo do trabalho e a continuação dos estudos.

A aprovação no ano de 2021 com a inclusão da Educação Empreendedora no documento da BNCC, deixou deliberado que cada Estado deveria elaborar as diretrizes e normas para implementação do empreendedorismo no currículo, principalmente no ensino médio, dando a garantia da aplicabilidade nas escolas com articulação com as dez competências estabelecidas para a Educação Básica.



1. Conhecimento-Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Pensamento Científico, Crítico e Criativo — Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Repertório Cultural-Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Comunicação-Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Cultura Digital-Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Trabalho e Projeto de Vida-Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentação-Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Autoconhecimento e Autocuidado-Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Empatia e Cooperação- Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.



10. Responsabilidade e Cidadania-Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (Brasil, 2021, p.08 e 09).

As dez competências elencadas acima, estão em consonância com os quatro pilares da educação: 1 – Aprender a conhecer; 2 – Aprender a fazer; 3 – Aprender a conviver e 4 – Aprender a ser, que foram organizados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para o século XXI.

É observável que as competências delimitadas pela BNCC e os pilares descritos pela Unesco, estão em articulação com às capacidades socioemocionais do indivíduo, pois no documento intitulado Competências para o Progresso Social da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) constam a perseverança, a sociabilidade e a autoestima, como competências capazes de realizarem influências as inúmeras dimensões da vida social futura, e menor caminho viável de envolvimento com problemas de conduta.

A BNCC faz a defesa para que todas as competências dos alunos sejam potencializadas capitaneado pelo ensino e pela aprendizagem com vistas às competências e habilidades trabalhadas pelo empreendedorismo, por intermédio da participação em projetos escolares, que envolvem ainda os chamados projetos de vida, também definidos no documento da BNCC.

No tocante ao Projeto de Vida no documento da Base Nacional Comum Curricular tem a definição que para os anos finais do ensino fundamental, se torna apenas como recomendável. No entanto, prevalece a obrigatoriedade de se fazer o trabalho pedagógico com projetos de vida com os alunos nos três anos do Ensino Médio.

Nesse sentido, cabe a instituição de ensino preparar os estudantes para a vida em sociedade, dando-lhes a capacitação para o entendimento de si próprio, da escola, da comunidade, dos problemas sociais, por intermédio de exemplos que comprovem a reflexão e a inspiração do sujeito na busca de resoluções colaborativas de problemas e promoção da diversidade.

Das dez competências gerais que são apresentadas na BNCC, o Projeto de Vida destaca-se na de número 6, que diz:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (Brasil, 2017, p.08).

Face ao exposto, o Projeto de Vida segundo a BNCC viabilizará ao estudante uma visão multifacetária do mundo e de suas possibilidades, na qual ocorrerá a identificação de suas competências e



habilidades, e o aprendizado a partir da valorização das competências e das habilidades do outro, e o exercício da sua capacidade de argumentação, tão fundamental para a convivência com as circunstâncias alheias do dia a dia.

Destarte, é preciso enfatizar que o currículo se faz na prática e nas dinâmicas próprias do fazer e pensar o cotidiano escolar onde perpassam desafios e decisões das mais diversas ordens, formas e significados educativos (GIMENO SACRISTÁN, 2000). Por ser composto pelo movimento entre a intenção e a realidade, precisa ser flexível e estar aberto a revisões e atualizações, de modo que atenda às demandas escolares cotidianas, as novas necessidades da sociedade em que se vive e acompanhe as contínuas discussões e estudos que sustentam as ações educacionais.

Nesses termos, entende-se que o currículo com foco na educação empreendedora percorre todas as relações existentes possíveis, previsíveis ou não, da relação escolar e do mundo do trabalho. Em todas etapas e modalidades de ensino, essa relação é fortalecida a partir do momento que não se nega as experiências dos estudantes, suas histórias de vida, buscando iniciativas para trazer indicadores do empreendedorismo da região, o empreendedorismo familiar, aumentando nessas crianças e adolescentes o interesse por práticas desenvolvidas externamente. Ainda se torna importante que as instituições busquem indicadores para trabalhar o desenvolvimento local com atribuição das responsabilidades limitadas aos participantes (Alves; Campos, 2019, p.13).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises empreendidas neste artigo, depreende-se firmar que a educação empreendedora no Brasil ainda carece de intensificação de projetos escolares e de práticas pedagógicas que se articulem com diretrizes preconizadas pela BNCC em parceria com a metodologia da educação empreendedora do SEBRAE para o desenvolvimento de um empreendedorismo que sirva de oportunidade para ampliar e desenvolver relações na sociedade durante toda a vida.

Fica evidente que por mais que a BNCC traga a possibilidade de se trabalhar a educação empreendedora no ensino médio, no caso do ensino fundamental anos iniciais e finais por não ser obrigatório termina por deixar de lado o desenvolvimento de práticas pedagógicas que potencializem o fazer didático pedagógico referente a pedagogia empreendedora.

Compreende-se que o padrão de vida das pessoas de um país pode estar estabelecido a partir de um ambiente empreendedor existente nele. Com relação a geração de riquezas de uma nação, pode ser relacionada ao comportamento empreendedor de sua população. Assim, é a partir do ambiente empreendedor que podemos correlacionar as questões socioeconômicas interligadas diretamente ao futuro das pessoas. Sendo assim, quando o trabalho é realizado na educação já inicia a geração de valor, quando a



conexão educação e empreendedorismo ocorre não só valor como também perspectivas de um país do futuro.



REFERÊNCIAS

- ALVES, Amanda Caroline Faria. CAMPOS Gevair, *Journal of Perspectives in Management – JPM*, 3(2), 2019, p. 2-20.
- CAMURRA, Luciana. *Escola Pública: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o Direito à Educação*. Nov. 2008, UNIOESTE, Campos Cascavel. Disponível <http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008.pdf>. Acesso: 24 de mai. 2018.
- DIMENSTEIN, Gilberto ; Alves, Rubem. *Fomos maus alunos*. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- DOLABELA, Fernando. *Pedagogia Empreendedora: ensino de empreendedorismo na educação básica*. Disponível em: . Acesso em: 17 de dez. 2013
- _____. *Pedagogia Empreendedora*. São Paulo: Cultura, 2003.
- _____. *Referenciais educacionais do SEBRAE: versão 2015*. Brasília, 2015.
- DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. 5. ed. Rio de Janeiro: Empreende / LTC, 2014.
- FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GIMENO Sacristán*. Catedrático de Didáctica, Universidad de Valencia. 3º edição ... Mestre em Educação. ARIMED. EDITORA. PORTO ALEGRE, 2000.
- DELORS, J. (2001). *Educação: Um tesouro a descobrir. Relatório UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI- 7ª Ed – Asa Editores II, S.A.*
- LUSTOSA JR., José Voste. 2012. *Ao povo e ao Governo: o ideário educacional do manifesto dos pioneiros da escola nova no Brasil*. Disponível em http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_oral_idinsc_rito_8_f6dc1b892a8cacc6eb8fc8a94bdd72.pdf Acesso em 24 de mai. 2018.
- MEC. *Base Nacional Comum Curricular*. Disponível em: . Acesso em 22 de agosto de 2023.
- PEREIRA, Marcos. Villela. *Estética da Professoralidade: um estudo crítico sobre a formação do professor*. 1ªed. Santa Maria: UFSM, 2016.
- PIMENTA, Selma Garrido. *Saberes pedagógicos e atividade docente*. (org.). – 8.ed.- São Paulo: Cortez, 2012.
- SEBRAE. *Fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil. Relatório de Pesquisa* . Brasília: SEBRAE, 2007.
- SEBRAE. *Incubadoras e aceleradoras*. Disponível em:. Acesso em: 17 abr. 2023.
- SEBRAE. *A Proposta da Educação Empreendedora do SEBRAE*. Disponível em: <http://www.SEBRAEpr.com.br/PortalSEBRAE/SEBRAEaz/A-proposta-de-EducacaoEmpreendedora-do-SEBRAE>. Acesso em 22 de mai. 2023.
- SEBRAE - *Termo de Referência em Educação Empreendedora*. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2020. 145p.: il.



UNESCO(1996). Educação um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Site: <http://www.ceeja.ufscar.br/relatoriojacks-delors>. Acessado em 20 de abril de 2023.